

**Cooperativa de Crédito de
Livre Admissão do Noroeste
do Paraná - Sicoob Noroeste
do Paraná**

**Relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016**

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do
Noroeste do Paraná - Sicoob Noroeste do Paraná**

Balço patrimonial em 30 de junho
Em milhares de reais

Ativo	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante	<u>133.827</u>	<u>136.651</u>	Circulante	<u>130.213</u>	<u>115.086</u>
Disponibilidades (Nota 4)	5.269	1.896	Depósitos (Nota 09)	<u>103.835</u>	<u>97.166</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.675		Depósitos à vista	27.075	25.340
Relações interfinanceiras (Nota 4)	19.682	20.945	Depósitos a prazo	76.760	71.826
Operações de crédito (Nota 5)	<u>102.619</u>	<u>112.933</u>	Recur de aceites cambiais, letras imobiliárias.	1.556	215
Operações de Crédito	112.586	118.882	Relações interdependências (Nota 10)		
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(9.967)	(5.949)	Relações interfinanceiras	17.987	12.190
Outros créditos	<u>1.323</u>	<u>810</u>	Outras obrigações	<u>6.835</u>	<u>5.515</u>
Avais e fianças honrados	390		Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	48	28
Rendas a receber	386	331	Sociais e estatutárias	1.544	848
Diversos (Nota 6)	1.010	547	Fiscais e previdenciárias	455	473
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	(463)	(68)	Diversas (Nota 11)	4.788	4.166
Outros valores e bens (Nota 7)	259	67	Exigível a longo prazo	14.231	43.901
Longo Prazo	30.105	45.485	Obrigações por empréstimos (Nota10)	14.231	43.901
Realizável a longo prazo	<u>30.105</u>	<u>45.485</u>	Patrimônio líquido (Nota 13)	<u>26.687</u>	<u>29.899</u>
Operações de Crédito (nota 5)	30.256	45.713	Capital social	21.662	23.605
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(151)	(228)	Fundo de Reserva	5.157	4.650
Permanente	<u>7.199</u>	<u>6.750</u>	Sobras acumuladas	(132)	1.644
Investimentos (Nota 8)	3.854	3.854	Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>171.131</u>	<u>188.886</u>
Intangível (Nota 8)	807	1.066			
Imobilizado de uso	<u>2.538</u>	<u>1.830</u>			
Total do ativo	<u>171.131</u>	<u>188.886</u>			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Noroeste do Paraná - Sicoob Noroeste do Paraná

Demonstração das sobras ou perdas Em milhares de reais

	Semestre findo em 30 de junho de 2016			Semestre findo em 30 de junho de 2015		
	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total
Receitas da intermediação financeira	20.569		20.569	18.135	-	18.135
Operações de crédito (Nota 7)	20.569		20.569	18.135	-	18.135
Despesas de intermediação financeira	(10.812)		(10.812)	(8.310)	-	(8.310)
Operações de captação no mercado (Nota 11)	(4.944)		(4.944)	(4.253)	-	(4.253)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 12)	(1.165)		(1.165)	(1.467)	-	(1.467)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	(4.703)		(4.703)	(2.590)	-	(2.590)
Resultado bruto da intermediação financeira	9.757		9.757	9.825	-	9.825
Outras receita e despesas operacionais	(7.825)	154	(7.671)	(7.050)	404	(6.646)
Receitas de prestação de serviços (Nota 14)	935	502	1.437	655	852	1.507
Rendas de tarifas bancárias (Nota 14)	1.816		1.816	1.255	-	1.255
Despesas de pessoal (Nota 15)	(5.867)	(134)	(6.001)	(5.066)	(189)	(5.255)
Despesas administrativas (Nota 16)	(6.316)	(145)	(6.461)	(4.792)	(178)	(4.970)
Despesas tributárias	(13)	(69)	(82)	(27)	(81)	(108)
Outras receitas operacionais (Nota 17)	2.645		2.645	1.687		1.687
Outras despesas operacionais (Nota 18)	(1.025)		(1.025)	(762)		(762)
Resultado operacional	1.932	154	2.086	2.775	404	3.179
Resultado não operacional		(587)	(587)	-	(8)	(8)
Resultado antes da tributação sobre lucro	1.932	(433)	1.499	2.775	396	3.171
Imposto de renda e contribuição social		(67)	(67)	-	(147)	(147)
Provisão para imposto de renda (Nota 20)		(37)	(37)	-	(86)	(86)
Provisão para contribuição social (Nota 20)		(30)	(30)	-	(61)	(61)
Sobras do semestre/semestre	1.932	(500)	1.432	2.775	249	3.024

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do
Noroeste do Paraná - Sicoob Noroeste do Paraná**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital social integralizado	Fundo de reserva	Sobras acumuladas	Total
Em 1º de janeiro de 2015	19.922	4.650	1.129	25.701
Destinação do resultado acumulado				
Distribuição de sobras (Nota 16f)	1.129		(1.129)	-
Integralizações de capital (Nota 16b)	9.399			9.399
Baixas de capital (Nota 16b)	(6.843)			(6.845)
Resultado do semestre			3.024	3.024
Destinações legais e estatutárias				
Juros ao capital próprio (Nota 16c)			(1.380)	(1.380)
Em 30 de junho de 2015	<u>23.605</u>	<u>4.650</u>	<u>1.644</u>	<u>29.899</u>
Em 01 de janeiro de 2016	24.204	5.157	698	30.059
Destinação do resultado acumulado				
Distribuição de sobras (Nota 16f)	2		(698)	(696)
Integralizações de capital (Nota 16b)	1.750			1.750
Baixas de capital (Nota 16b)	(4.294)			(4.294)
Resultado do Semestre			1.432	1.432
Juros ao capital próprio (Nota 16c)			(1.564)	(1.564)
Em 30 de junho de 2016	<u>21.662</u>	<u>5.157</u>	<u>(132)</u>	<u>26.687</u>

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do
Noroeste do Paraná - Sicoob Noroeste do Paraná**

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

	Semestres findos em 30 de junho	
	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.499	3.171
Ajustes as sobras/perdas líquidas	2.076	2.933
Despesa de Amortização e Depreciação	417	368
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.566	2.590
Provisão para contingências	93	(25)
Variações patrimoniais	2.655	(9.205)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.675)	
Relações interfinanceiras e interdependências	(10.982)	(5.677)
Operações de crédito	8.493	(6.475)
Outros créditos	115	(363)
Outros valores e bens	(181)	(23)
Depósitos	8.496	3.111
Recurs. De aceites cambiais, letras imobiliarias	1.556	
Obrigações por empréstimos e repasses		(5.997)
Outras obrigações	(167)	(15)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	6.230	(9.335)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	(647)	(187)
Aplicação no intangível	(22)	(90)
Investimento em Imobilização em Curso	105	2
Outros ajustes	17	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(547)	(275)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Variações patrimoniais	(3.240)	2.554
Aumento de capital	1.750	9.399
Baixa de capital	(4.294)	(6.845)
Distribuição de sobras	(696)	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(3.240)	2.554
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	2.443	(7.056)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/ semestre	2.826	29.897
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/ semestre	5.269	22.841

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Noroeste do Paraná - Sicoob Noroeste do Paraná

Demonstração dos fluxos de caixa Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Noroeste do Paraná - Sicoob Noroeste do Paraná ("Cooperativa") é uma Cooperativa de crédito singular, filiada à Central das Cooperativas de Crédito Unicoob – Sicoob Central Unicoob ("Sicoob Central Unicoob"). A Cooperativa é uma Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as suas atividades em 5 de setembro de 2003 e tem por objetivos principais:

- (a) proporcionar, pela mutualidade, assistência financeira aos associados através de suas atividades específicas;
- (b) prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- (c) atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo; e
- (d) estimular o desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao Estatuto Social e às normas internas do sistema Sicoob.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/05 e nº 12.024/09) e as normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Foram adotados os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitaram com a regulamentação do CMN e BACEN, quais sejam:

- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4424/15.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

- Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

A divulgação dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Cooperativa em 22 de agosto de 2016.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

(a) Apuração das sobras ou perdas

As sobras ou perdas são apuradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devam ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no modelo exponencial.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos sociais e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda (IR) e contribuição social (CSLL) quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

(c) Relações interfinanceiras

Composta por depósitos interfinanceiros e títulos do governo, os saldos são evidenciados acrescidos da atualização mensal dos valores de acordo com a aplicação da taxa de juros praticadas para cada aplicação.

(d) Demais instrumentos financeiros

A Cooperativa não possui instrumentos financeiros derivativos especulativos em 30 de junho de 2016 e de 2015.

(e) Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasse interfinanceiro para a Sicoob Central PR, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras de baixo risco. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos pela Lei nº 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo.

(f) Operações de crédito

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas, pelo valor presente, atualizadas *pro ratatemporis* até a data do balanço.

(g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira, e fundamentada na análise das operações, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras. Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Cooperativa classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros. A administração classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela referida resolução para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

<u>Período de atraso</u>	<u>Classificação do cliente</u>
Até 15 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

(h) Permanente

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado de uso está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

O intangível está demonstrado ao custo de aquisição e é amortizado com base na vigência dos direitos contratuais ou a partir do momento em que começam a gerar os respectivos benefícios.

(i) Demais ativos circulantes e longos prazos

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro rata* dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

(k) Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, cujo objetivo é assegurar que os ativos

não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O imobilizado e outros ativos permanentes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. A administração não identificou evidências de perdas não recuperáveis em 30 de junho de 2016 e de 2015.

(l) Depósitos

O valor apresentado nas demonstrações está acrescido dos juros incorridos até a data de encerramento do período, através da aplicação mensal das taxas contratadas para as operações. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os depósitos a prazo estão classificados no balanço patrimonial considerando sua exigibilidade.

(m) Obrigações por empréstimos

Registradas de acordo com os recursos tomados, sendo atualizados mensalmente de acordo com os juros incorridos no período e liquidações que possam ter ocorrido.

(n) Provisão para causas judiciais

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex-colaboradores, em ações cíveis e trabalhistas. Essas causas judiciais são avaliadas mensalmente por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda é considerado provável.

A Cooperativa avalia a necessidade provisão para causas judiciais referentes a ações cujo risco de perda é classificado como provável, de acordo com a avaliação de assessores jurídicos. Alterações no entendimento dos assessores jurídicos podem refletir em alterações nos valores contabilizados nas demonstrações financeiras.

(o) Demais passivos circulantes e exigível a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para causas judiciais, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

(q) Provisão para participação nos resultados - PLR

A PLR é uma modalidade de remuneração, baseada na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, variável que não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à *performance* da Cooperativa.

A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao Sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	5.269	1.896
Aplicações e interfinanceiras de liquidez	4.675	
Centralização financeira em Cooperativa Central	<u>19.682</u>	<u>20.945</u>
	<u>29.626</u>	<u>22.841</u>

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- (a) Ter como finalidade atender a compromissos de curto prazo.
- (b) Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.
- (c) Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor.
- (d) Ter prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

A remuneração média da Centralização Financeira no semestre findo em 30 de junho de 2016 foi de 99,62% do CDI (2015-99,52%) e sua liquidez é imediata, desde que a cooperativa filiada mantenha 20% do saldo médio dos seus depósitos junto ao Sicoob Central Unicoob. No semestre findo em 30 de junho de 2016, a receita apresentada foi de R\$ 1.941 (2015 - R\$ 1.538) registrada na rubrica outras receitas operacionais na demonstração de sobras ou perdas (Nota 17).

5 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

(a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Permanente</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Operações de crédito				
Empréstimos e títulos descontados	79.581	18.298	97.879	100.054
Financiamentos	2.927	2.301	5.228	7.780
Financiamentos rurais e agroindustriais	30.078	9.657	39.735	56.761
Provisão para operações de crédito	<u>(9.967)</u>	<u>(151)</u>	<u>(10.118)</u>	<u>(6.177)</u>
Carteira total	<u>102.619</u>	<u>30.105</u>	<u>132.724</u>	<u>158.418</u>

A remuneração média no semestre findo em 30 de junho de 2016 das operações de empréstimo e financiamentos é de 16,78 % ao ano, proporcionando uma receita de R\$ 20.569 no semestre findo em 30 de junho de 2016 (2015 - R\$ 18.135 e a remuneração média foi de 11,02%) registrado na rubrica operações de crédito da demonstração de sobras e perdas.

(b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

	Carteira		Provisão para operações de crédito	
	2016	2015	2016	2015
Níveis de risco				
Nível AA	4.550	7.356	-	-
Nível A	73.451	91.843	367	459
Nível B	36.452	46.496	365	465
Nível C	11.975	7.631	359	229
Nível D	5.504	4.645	550	465
Nível E	1.925	1.856	578	557
Nível F	1.563	1.112	782	556
Nível G	1.467	695	1.028	485
Nível H	6.346	2.961	6.346	2.961
Total	143.233	164.595	10.375	6.177

(i) A diferença de R\$ 391 se refere a operações de outros créditos contabilizados em títulos e créditos a receber, essas operações possuem provisões de crédito no valor de R\$257.

(c) Movimentação da provisão de crédito para liquidação duvidosa:

	2016	2015
Saldo no início do período	8.551	6.921
Constituição	62.323	39.948
Reversão	(60.756)	(40.692)
	10.118	6.177

(d) Coobrigações em garantias prestadas

	2016	2015
Garantias prestadas em operações de associados		
Carta aval/fiança	6.972	8.572
	6.972	8.572

(e) Distribuição das operações por tipo de cliente e atividade econômica

	2016	2015
Cliente		
Pessoa física	26.113	41.149
Pessoa jurídica	58.700	98.757
Produtor rural (PF)	46.064	19.751
Produtor rural (PJ)	12.356	4.938
	143.233	164.595

(f) Distribuição por faixa de vencimento

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Faixas de vencimento		
Operações vencidas		
Até 30 dias	2.385	1.153
Entre 31 e 60 dias	1.640	608
Entre 61 e 90 dias	807	1.019
Entre 91 e 120 dias	464	214
Entre 121 e 150 dias	499	214
Entre 151 e 180 dias	366	205
Entre 181 e 240 dias	590	155
Entre 241 e 300 dias	558	65
Entre 301 e 360 dias	275	26
Entre 361 e 540 dias	166	6
Acima de 540 dias	12	
	<u>7.762</u>	<u>3.665</u>
Operações a vencer		
Até 30 dias	18.979	26.895
Entre 31 e 60 dias	11.072	14.379
Entre 61 e 90 dias	16.824	15.783
Entre 91 e 180 dias	32.434	18.698
Entre 181 e 360 dias	26.086	33.150
Entre 361 e 720 dias	17.480	26.985
Entre 721 e 1.080 dias	8.584	12.208
Entre 1.081 e 1.440 dias	2.777	4.925
Entre 1.441 e 1.800 dias	1.000	1.263
Entre 1.801 e 5.400 dias	235	467
Vencer prazo indeterminado (cheque especial e limite de crédito)		
	<u>135.471</u>	<u>154.753</u>
	<u>143.233</u>	<u>158.418</u>

(g) Operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Operações		
Renegociadas	13.693	9.693
Lançadas contra prejuízo	2.910	3.323
Recuperadas de prejuízo	764	322

6 Outros créditos - diversos

Os créditos diversos, classificados no grupo "Outros créditos" do ativo, estão assim compostos:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Adiantamentos e antecipações salariais	267	215
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta		
Devedores por compras de valores e bens		
Tributos a compensar	431	152
Imposto de renda a recuperar	1	1

	Pagamentos a ressarcir	17	
	Títulos e créditos a receber	207	68
	Devedores diversos - País	87	111
		<u>1.010</u>	<u>547</u>
7	Outros valores e bens		
(a)	Outros valores e bens		
		2016	2015
	Bens não de uso próprio	1.358	
	(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(1.184)	
		<u>174</u>	
(b)	Despesas antecipadas		
		2016	2015
	Prêmios de seguros	19	11
	Contribuição sindical patronal	53	44
	IPTU	5	6
	Outros	8	6
		<u>85</u>	<u>67</u>
8	Permanente		
(a)	Investimentos		
		2016	2015
	Participação em Cooperativa Central de Crédito – Cooperativa Central Sicoob (*)	3.853	3.853
	Participação na Administradora de Consórcio Sicoob Paraná Ltda.	1	1
		<u>3.854</u>	<u>3.854</u>

(*) Participação, em 2016, referente a 4,94% do capital social da Sicoob Central PR registrado pelo seu valor de aquisição.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016 não houve integralização de capital (2015 – R\$ 0).

(b) Imobilizado

	2016					
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo final	Taxa de depreciação - %
Imobilizações em curso	104		(104)			
Instalações	540	306		(43)	803	10
Móveis e equipamentos de uso	933	108		(62)	979	10
Sistema de comunicação	73	21		(13)	81	10
Sistema de processamento de dados	459	148	(17)	(89)	501	20
Sistema de segurança	91	26		(19)	98	10
Sistema de transporte	45	39		(8)	76	20

2.245 648 (121) (234) 2.538

2015						
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo final</u>	<u>Taxa de depreciação - %</u>
Imobilizações em curso	2	36	(38)	-	-	
Instalações	335	39	-	(22)	352	10
Móveis e equipamentos de uso	761	56	-	(49)	768	10
Sistema de comunicação	53	4	-	(8)	49	10
Sistema de processamento de dados	547	60	-	(96)	511	20
Sistema de segurança	88	28	-	(17)	99	10
Sistema de transporte	57	-	-	(6)	51	20
	<u>1.843</u>	<u>223</u>	<u>(38)</u>	<u>(198)</u>	<u>1.830</u>	

(C) Intangível

2016					
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo final</u>	<u>Taxa de amortização - %</u>
<i>Software</i>	356	19	(51)	324	20
Instal. adaptação de dependências	612	3	(132)	483	20
	<u>968</u>	<u>22</u>	<u>(183)</u>	<u>807</u>	
2015					
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo final</u>	<u>Taxa de amortização - %</u>
<i>Software</i>	286	76	(38)	324	20
Instal. adaptação de dependências	860	14	(132)	742	20
	<u>1.146</u>	<u>90</u>	<u>(170)</u>	<u>1.066</u>	

O intangível refere-se a contrato de cessão para utilização de licenças do *software* SISBR e ao *software* de computadores e estão sendo amortizados à taxa de 20% ao ano.

9 Depósitos

O grupo de depósitos é constituído pelo saldo mantido pelos cooperados em conta corrente (depósito à vista) e em aplicações financeiras (depósito a prazo), conforme abaixo:

	2016	2015
Depósitos à vista	27.075	25.340
Depósitos a prazo	76.760	71.826

<u>103.835</u>	<u>97.166</u>
----------------	---------------

As despesas com captação do semestre findo em 30 de junho de 2015 foram R\$ 4.944 e o percentual médio foi de 4,76 % ao semestre, registrada na rubrica "Despesas de Intermediação Financeira – Operações de captação no mercado" na Demonstração de sobras ou perdas.

10 Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos e repasses são apresentados a seguir por faixa de vencimento:

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Permanente</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob	17.987	14.231	32.218	56.091
	<u>17.987</u>	<u>14.231</u>	<u>32.218</u>	<u>56.091</u>

O grupo "Obrigações por empréstimos" refere-se a recursos tomados junto ao Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob possui saldo de R\$ 47.681 em 30 de junho de 2016, com vencimento até 19 de fevereiro de 2020. Os encargos financeiros são calculados *pro rata*, tomando-se por base a taxa CDI mensal, divulgada pelo Banco Central do Brasil, incidentes sobre o saldo devedor. No semestre de 2016 a taxa média dos encargos referente aos empréstimos tomados com o Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob 5,80 % a.a. (2015 – 5,07% a.a.) representam uma despesa de R\$ 1.165 em 30 de junho de 2016 (2015 – R\$ 1.467) registrado na rubrica "Obrigação por empréstimos e repasses".

11 Outras obrigações - diversas

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo "Outras obrigações", estão assim compostas:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Obrigações por aquisição de bens e direitos	45	40
Provisão para pagamentos a efetuar	3.628	2.903
Provisão para causas judiciais (Nota 15)	97	163
Credores diversos - País	<u>1.018</u>	<u>1.060</u>
	<u>4.788</u>	<u>4.166</u>

Os grupos "Provisão para pagamentos a efetuar" e "Credores diversos - País" referem-se aos valores pendentes de compensação pela Cooperativa, como cheques depositados e não compensados e cobranças pendentes de repasse. Além dessa composição, os saldos registram obrigações sociais a pagar para colaboradores, bem como as provisões para despesas administrativas, sociais e estatutárias.

12 Provisão para causas judiciais

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos relacionados a causas judiciais cíveis com probabilidade de perda considerada como provável, integralmente provisionados. Além disso, a Cooperativa possui ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possível, não provisionadas e não possui ações de nenhuma natureza, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como remoto, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. A administração não tem conhecimento de causas trabalhistas ou tributárias nas quais a Cooperativa esteja envolvida no polo ativo ou passivo.

	<u>Probabilidade de perda</u>	<u>Valor estimado de perda</u>	<u>Valor provisionado - saldo em 30 de junho de 2016</u>
Natureza			
Cível	Provável	0	0
Cível	Possível	22	0
		<u>22</u>	<u>0</u>
	<u>Probabilidade de perda</u>	<u>Valor estimado de perda</u>	<u>Valor provisionado - saldo em 30 de junho de 2015</u>
Natureza			
Cível	Provável	163	163
Cível	Possível	1.044	-
		<u>1.207</u>	<u>163</u>

13 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1, sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Capital social - milhares de reais	21.662	23.605
Número de associados	12.295	11.165

(b) Aumento e redução de capital

Representam respectivamente o ingresso de novos associados com integralização de cotas-partes e o desligamento de associados mediante solicitação de devolução do capital integralizado no total de R\$ 1.750 e R\$ 4.294, respectivamente, referente ao semestre de 2016.

(c) Juros sobre capital próprio

Em 30 de junho de 2016 o Sicoob Noroeste do Paraná tem provisionado o valor de R\$ 1.564 (2015 - R\$ 1.380) a título de juros sobre capital próprio.

O cálculo dos juros sobre capital próprio está de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 130/2009 e trata-se de remuneração das cotas-partes do capital limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). O pagamento efetivo ocorrerá no último dia útil do semestre corrente.

(d) Fundo de reserva

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Deve ser constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do semestre, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social. Para a Cooperativa, o percentual utilizado é de 30% das sobras líquidas do semestre, conforme o Estatuto Social. No semestre findo em 30 de junho de 2016 não foram constituídos provisões.

(e) FATES

De acordo com artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, as cooperativas de crédito estão obrigadas a constituir o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da Cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no semestre, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social. No semestre findo em 30 de junho de 2016 não foram constituídos provisões.

(f) Destinação do resultado acumulado

Na Assembleia Geral Ordinária de 08 de abril de 2016, foi aprovada a destinação das sobras de R\$ 698 referentes ao exercício de 2015, sendo R\$2 para o integralização de capital e R\$696 para distribuição aos associados através de crédito em conta corrente, proporcionalmente às operações por eles realizadas com a cooperativa no semestre de 2015.

14 Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

	Semestre findo em 30 de junho	
	2016	2015
Rendas de serviços bancários	935	655
Rendas de tarifas bancárias	1.816	1.255
Outras receitas diversas	502	852
Total	<u>3.253</u>	<u>2.762</u>

Os valores registrados no item Outras receitas diversas corresponde a rendas com convênios recebidos pela cooperativa, onde R\$ 180 corresponde a rendas recebidas do Bancoob e R\$ 235 pertinente a renda com consórcio.

15 Despesas de pessoal

	Semestre findo em 30 de junho	
	2016	2015
Honorários pagos a diretores e conselheiros	489	341
Proventos	3.446	2.887
Encargos sociais	1.090	1.150
Benefícios	960	833
Treinamentos		1
Remuneração a estagiários	16	43

Total	<u>6.001</u>	<u>5.255</u>
-------	--------------	--------------

16 Despesas administrativas

	Semestre findo em 30 de junho	
	2016	2015
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.474	1.211
Despesa de alugueis	538	382
Outras despesa administrativas	466	219
Despesa de processamento de dados	297	236
Despesa de depreciação	234	198
Despesa de serviços de terceiros	560	600
Despesa de comunicações	294	276
Despesa de transporte	518	284
Despesa de viagem no país	40	26
Despesa de material	85	75
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	183	170
Despesa de agua energia e gás	153	122
Despesa de serviços técnicos especializados	144	15
Despesa de serviços de vigilância e segurança	434	403
Despesa de promoções e relações públicas	210	170
Despesa de manutenção e conservação de bens	73	69
Despesa de propaganda e publicidade	42	41
Despesa de seguros	45	43
Despesa de publicações	7	
Rateio despesas da central	664	430
Total	<u>6.461</u>	<u>4.970</u>

17 Outras receitas operacionais

	Semestre findo em 30 de junho	
	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	247	148
Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 6)	1.941	1.538
Outras rendas operacionais	457	1
	<u>2.645</u>	<u>1.687</u>

18 Outras despesas operacionais

	Semestre findo em 30 de junho	
	2016	2015
Descontos concedidos - operações de crédito	199	146
Bonificação de seguro prestamista	12	0
Contribuição ao fundo garantidor de depósitos	124	136
Multa e juros diversos	9	9
Tarifa recebimento convênio - inss	1	0
Cancelamento - tarifas pendentes	149	109
Descontos concedidos - oper créd - proger equaliz	4	0

Perdas - fraudes externas	40	0
Perdas - práticas inadequadas	3	0
Descontos concedidos - oper créd - cpr rpl	109	22
Contrib. ao fundo ressarc. fraudes externas	5	5
Contrib. ao fundo ressarc. perdas operacionais	4	4
Outras contrib. diversas (outras despesas operac.)	212	331
Contrib. ao fundo tecnologia da informação	154	0
	<u>1.025</u>	<u>762</u>

19 Participação dos colaboradores no resultado

Encontra-se provisionada na demonstração de sobras e perdas um valor relativo à provisão de participação dos colaboradores no resultado (PLR). Essa provisão é realizada de acordo com o disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

A PLR é uma modalidade de remuneração variável que não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à *performance* da Cooperativa.

A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho.

Em 30 de junho de 2016, o valor provisionado é de R\$ 508 (2015 - R\$ 202) registrados na rubrica “Outras obrigações – diversas”.

20 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na Cooperativa por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, isto é, pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa, inclusive diretores e executivos da mesma.

Incluem-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela Cooperativa ao pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos à vista	190	150
Pessoas físicas	190	150
Depósitos a prazo	2.293	1.531
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	2.293	1.531
Operações de crédito (Nota 5)	1.285	1.738
Remuneração de empregados e administradores - pessoas chave (Nota 18)	1.678	3.514
	<u>2016</u>	<u>2015</u>

Centralização financeira – cooperativas (Nota 6)	19.682	20.945
Remuneração da Centralização Financeira	1.941	1.538
Obrigações por empréstimos (Nota 12)	0	0

As despesas do Sicoob Central PR são rateadas mensalmente para as Cooperativas e para as filiadas de acordo com os critérios abaixo:

- (a) Despesas de pessoal alocáveis - o valor total dos custos com pessoal é dividido de acordo com os indicadores preestabelecidos.
- (b) Despesas fixas e de diretoria - divididas em partes iguais para as Cooperativas, considerando-se quantidade de singulares.
- (c) Demais despesas não alocáveis - as despesas não alocáveis vão compor o valor global, sendo rateadas pelo critério de 50% proporcional aos recursos administrados e 50% pela carteira de crédito.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, o valor de despesa rateada para a cooperativa foi de R\$ 672 (2015 – R\$ 430), alocadas no grupo "Despesas administrativas" na demonstração de sobras ou perdas.

21 Índices de Basileia e de imobilização

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Limites operacionais		
Patrimônio de Referência (PR)	26.076	28.381
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	132.547	150.077
Índice de Basileia - %	19,67	18,91
Imobilizado para cálculo do limite	10.304	2.069
Índice de imobilização (limite 50%) - %	10,48	7,29

22 Estrutura de gerenciamento de riscos

A Cooperativa, gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoração de ameaças a que nossos negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis.

Para a administração, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

(a) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Cooperativa é realizado por uma estrutura cuja atuação visa controlar e prevenir a exposição das operações da Cooperativa aos riscos provenientes do não cumprimento de obrigações contratadas pelo tomador de crédito (inadimplência).

(b) Risco de mercado e risco de liquidez

A Cooperativa aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Sistema e Liquidez, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos. Também é responsável pelo controle de todo o processo de avaliação das flutuações das condições de mercado e por monitorar o equilíbrio entre pagamentos (passivos) e recebimentos (ativos), através de critérios de cálculo e limites de exposição determinados pelo Sistema Sicoob, de

forma a garantir a capacidade de pagamento da Cooperativa. Os critérios levam em consideração as diferentes moedas, índices e prazos de liquidação.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez.

(c) Risco operacional

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos, por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos do Sistema Sicoob. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.

(d) Risco de capital

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sistema Sicoob com objetivo de:

- Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos que as entidades do Sistema Sicoob estão sujeitas;
- Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sistema Sicoob;
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

* * *

Ecio Almir Oliveira
Diretor-presidente
CPF: 239.705.296-20

Celso Chaparro
Diretor administrativo financeiro
CPF: 190.348.579-72

Gabriel Amauri Mattana
Contador
CRC PR-064071/O-8
CPF: 062.235.049-85